



175

Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 0330932-2 – Comarca de Recife

Apelante: Francisco Eduardo Ramos Coutinho Cavalcanti

Advogado: Jesualdo de Albuquerque Campos Júnior

Agravado: Estado de Pernambuco

Procurador: Felipe Lemos de Oliveira Maciel

Ministério Público: João Antônio de Araújo Freitas Henriques

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. CONCLUSÃO DE CONFIGURAÇÃO DE MÁ-FÉ DO SERVIDOR PELA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – CPAD – COM OPINATIVO DE DEMISSÃO DO CARGO NA ESFERA ESTADUAL. OPÇÃO DO DERVIDOR EFETUADA POSTERIOR À CONCLUSÃO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DESARRAZOABILIDADE DA CONCLUSÃO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. .

1. O instrumental exsurge da Medida Cautelar Inominada movida com o propósito de obstar, liminarmente, a lavratura do ato demissionário do requerente, vez que a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPAD – concluiu restar configurada a má-fé daquele, opinando, por consequência, pela perda do cargo mantido no âmbito estadual.

2. No caso em tela, não resta afrontado o princípio constitucional de acesso à justiça, vez que o agravante fez uso de todos os remédios jurídicos postos a sua disposição com o fim de reverter o quadro traçado pela Administração Público relativamente à acumulação de cargos públicos, todavia, nas demandas ajuizadas não houve qualquer pronunciamento, seja em caráter liminar ou definitivo, em seu favor.

3. Assim, sem o provimento judicial favorável ao seu pleito, com o fim de descaracterizar sua má-fé, caberia àquele, no prazo ofertado pela Administração Pública Estadual, efetivar a opção pelo cargo no qual pretendia continuar exercendo sua função.

4. Na verdade, o servidor somente veio a fazer sua opção pelo cargo quando já findo o Inquérito Administrativo Disciplinar de nº 046/2013, ou seja, quando a Comissão já havia concluído pela

03 – AI – 0330932-2



Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

configuração de sua má-fé e, descurando de comprovar que o possível ato demissionário se encontra desprovido de razoabilidade e proporcionalidade, não há que se falar em suspensão da medida administrativa.

5. Agravo de instrumento improvido. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de Instrumento nº 0330932-2, acima mencionados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, na Sessão realizada no dia 29/05/2014, por maioria de votos, em lhe negar provimento, nos termos do relatório e votos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 29 de 05 de 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
(Relator)



166  
a.

Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 0330932-2 – Comarca de Recife  
Apelante: Francisco Eduardo Ramos Coutinho Cavalcanti  
Advogado: Jesualdo de Albuquerque Campos Júnior  
Agravado: Estado de Pernambuco  
Procurador: Felipe Lemos de Oliveira Maciel  
Ministério Público: João Antônio de Araújo Freitas Henriques

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo de Instrumento em face de decisão proferida nos autos da ação Cautelar Inominada nº 0008774-80.2014.8.17.0001, a qual indeferiu a liminar posta no sentido de determinar que a parte ré se abstinhasse de praticar ato demissionário do autor do cargo de Assistente Técnico em Gestão Universitária, junto à Universidade de Pernambuco.

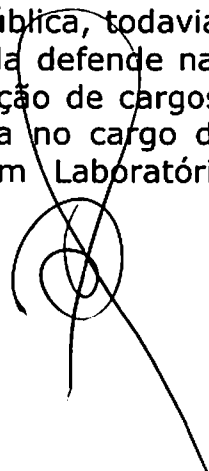
Na minuta recursal o recorrente sustenta, em síntese, que é servidor da Universidade de Pernambuco desde 27.10.1997 e que em 2005, por ocasião da verificação de três vínculos, por orientação equivocada do Presidente da Comissão de Inquérito da referida instituição, o mesmo realizou pedido de exoneração do cargo de Assistente de Saúde/Técnico em laboratório, continuando a exercer os cargos de Assistente Técnico em Gestão Universitária/Técnico em Laboratório (UPE) e Agente de Controle Sanitário na Prefeitura da Cidade do Recife.

Assevera que, após o pedido de exoneração, para sua surpresa, em 2010, o recorrente foi convocado pela CACEP – Comissão de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções - para fazer uma nova opção, sob o argumento de que não poderia acumular os cargos acima referidos, iniciando a partir de então uma verdadeira peregrinação judicial na tentativa de reaver o cargo do qual pediu exoneração, bem como para comprovar a possibilidade da acumulação dos dois outros cargos que ocupa.

Registra, o agravante, que o ato demissionário do vínculo da UPE está em vias de ser publicado pela Administração Pública, todavia, aduz não ter agido de má-fé, posto que defendeu e ainda defende nas esferas administrativa e judicial a legalidade da acumulação de cargos. No entanto, exerceu o direito de opção de permanência no cargo de Assistente Técnico em Gestão Universitária/Técnico em Laboratório

03 – AI – 0330932-2

Praça da República s/n, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.040 – Fone: (081) 3419-3201.





Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(UPE), em função da remuneração recebida e em função do plano SASSEPE, do qual depende seu tratamento cardiológico.

Sem apreciação do pedido liminar e instada para se manifestar, a parte contrária apresentou contrarrazões nos termos constantes às fls. 86/101, pugnando pelo improvimento do recurso instrumental.

A douta Procuradoria de Justiça lançou parecer às fls. 160/163, opinando pelo provimento da irresignação instrumental.

É o relatório. Inclua-se na Pauta.

Recife, 13 de maio de 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator



179

Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 0330932-2 - Comarca de Recife  
Apelante: Francisco Eduardo Ramos Coutinho Cavalcanti  
Advogado: Jesualdo de Albuquerque Campos Júnior  
Agravado: Estado de Pernambuco  
Procurador: Felipe Lemos de Oliveira Maciel  
Ministério Público: João Antônio de Araújo Freitas Henriques

**V O T O**

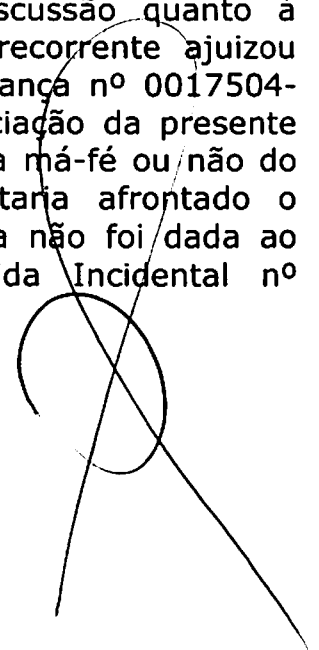
Notadamente, o art.37, XVI, alínea "c", da Constituição Federal, estabelece vedação quanto à acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, de 02 (dois) cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

*In casu*, conforme antes relatado, o agravante, hodiernamente, acumula dois (02) cargos públicos; um de Técnico em Laboratório, perante a UPE e, outro, de Agente de Controle Sanitário perante a Prefeitura da Cidade do Recife, contudo, apesar da parte agravada incursionar na questão da ilegalidade da acumulação para demonstrar a má-fé do recorrente, na presente via, tal fato não pode ser objeto de apreciação, vez que o presente instrumental exsurge da Medida Cautelar Inominada movida com o propósito de obstar, liminarmente, a lavratura do ato demissionário do requerente, vez que a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - CPAD - concluiu restar configurada a má-fé daquele, permitindo, por consequência, a perda do cargo mantido no âmbito estadual.

Ademais, com o fim de ensejar a discussão quanto à legalidade ou não da acumulação dos cargos, o recorrente ajuizou outras duas demandas, ou seja, Mandado de Segurança nº 0017504-51.2012.8.17.0001 e Ação Cautelar. Assim, a apreciação da presente irresignação deve se limitar a análise perfunctória da má-fé ou não do servidor/agravante, pois se assim não fosse restaria afrontado o princípio supressão de instância, vez que a matéria não foi dada ao conhecimento do magistrado na seara da Medida Incidental nº 0008774-80.2014.8.17.0001.

03 - AI - 0330932-2

Praça da República s/n, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.040 - Fone: (081) 3419-3201.





Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Assim dito, tenho que a decisão hostilizada não merece reparos.

Com efeito, aduz o autor em suas razões recursais que a tentativa de demiti-lo em razão de sua suposta má-fé na acumulação de cargos, é desarrazoada e desproporcional, uma vez que vem tentando administrativa e judicialmente o reconhecimento da legalidade da predita acumulação.

É fato incontroverso que o agravante tem ajuizado demandas com o propósito de comprovar a legalidade da acumulação dos cargos já referidos e, no entender do mesmo e do representante do Ministério Público (parecer de fls. 160/163), a insurgência contra o Poder Público, mediante ações judiciais, descaracteriza a má-fé e, *contrário sensu*, estar-se-ia usurpando do servidor o exercício legítimo do direito de acesso à justiça, bem como impedindo o cidadão de se insurgir contra as decisões administrativas que reputar injustas.

Ora, no caso concreto, o requerente/agravante utilizou de todas as ações postas a sua disposição para reverter a situação na qual se encontra envolvido, todavia, em nenhuma delas recebeu do Estado-juiz, seja liminar ou definitivamente, pronunciamento favorável ao pleito. Assim, não há que se falar em óbice ao seu direito de acesso à justiça. O acesso foi-lhe devidamente garantido, porém, os pleitos não foram alcançados pelo recorrente.

Notadamente, se as liminares perseguidas pelo agravante foram indeferidas, caberia a este, no prazo ofertado pela Administração Pública Estadual, efetivar sua opção pelo cargo a fim de descaracterizar sua má-fé, e, caso houvesse o provimento das demandas, caberia sua reintegração no cargo considerando inacumulável.

Na verdade, dada oportunidade para que o servidor promovesse sua opção, o mesmo somente veio a fazê-la quando já findo o Inquérito Administrativo Disciplinar de nº 046/2013, ou seja, quando a Comissão já havia concluído pela configuração de sua má-fé, conforme se depreende do pedido acostado às fls. 46/48, datado de 31.12.2014, e da conclusão do predito inquérito que ocorreu em 08.11.2013 (fls. 128).

03 - AI - 0330932-2

Praça da República s/n, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.040 - Fone: (081) 3419-3201.

178

179



Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

*In casu*, o recorrente descurou de comprovar que o possível ato demissionário encontra-se desprovido de razoabilidade e proporcionalidade, uma vez que não foi capaz de descaracterizar a conclusão que chegou a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - CPAD.

Assim, feitas estas considerações, voto no sentido de negar provimento ao presente agravo de instrumento para manter inalterada a decisão vergastada.

É como voto.

Recife, 29 de 05 de 2015

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator